

VIA DA APROVAÇÃO

MINISSIMULADO GCM SALVADOR

**CONHECIMENTOS
ESPECÍFICOS**



20 QUESTÕES

NÍVEL ALTO • PADRÃO FGV

CADERNO DO ALUNO

QUESTÕES • FOLHA DE RESPOSTAS • GABARITO COMENTADO

@palestranteluanlima

INSTRUÇÕES AO CANDIDATO

Treino com 20 questões autorais, cinco alternativas por item e uma única resposta a assinalar. A formulação é inspirada no padrão de provas objetivas da FGV; este material não tem vínculo com a banca.

QUESTÕES	TEMPO SUGERIDO	PONTUAÇÃO
20	40 minutos	0,5 por questão • total 10,0

COMO REALIZAR

- Imprima o caderno ou registre as respostas na folha própria. Resolva sem consulta e cronometre o tempo.
- Leia o comando até o fim. Há questões que pedem a alternativa correta e outras que pedem a **incorreta**.
- Marque apenas uma alternativa. Não consulte o gabarito antes de concluir as 20 questões.
- Depois, corrija com os comentários, confira os artigos indicados e anote o motivo de cada erro. Refaça os itens em que errou ou acertou por dúvida.

RECORTE DO CONTEÚDO

BLOCO	DISCIPLINA	ITENS
I	Direito Administrativo	3
II	Direito Constitucional	3
III	Direito Penal	3
IV	Direito Civil	2
V	Legislação de Trânsito	4
VI	Estatuto do Desarmamento	2
VII	Legislação específica das guardas municipais	3

Importante: este minissimulado é uma amostra dos sete blocos, não uma cobertura exaustiva de todos os artigos do programa. O mapa ao final informa exatamente o que foi cobrado. Data de referência da consulta: 15/09/2026.

CADERNO DE QUESTÕES

Questões 01 a 03 • Assinale uma alternativa por item.

QUESTÃO 01 | VIA DA APROVAÇÃO

Uma autoridade municipal, competente para definir a lotação de servidores, remove um agente unicamente para puni-lo por uma crítica lícita à gestão. O ato é apresentado como medida de organização do serviço, mas a finalidade retaliatória fica comprovada. Assinale a alternativa correta.

- A) A autonomia do Município equivale à soberania e impede o controle judicial da medida.
- B) O poder hierárquico autoriza a retaliação, desde que o ato seja praticado por autoridade competente.
- C) O ato apresenta desvio de finalidade; a competência do agente não dispensa a busca da finalidade legal.
- D) O vício de finalidade pode ser convalidado pela autoridade superior, desde que não haja prejuízo patrimonial.
- E) O ato apresenta apenas inconveniência administrativa, sem vício de legalidade.

QUESTÃO 02 | VIA DA APROVAÇÃO

Analise as afirmativas. I. A presunção de legitimidade do ato administrativo é absoluta. II. Na Administração Federal, a Lei nº 9.784/1999 distingue anulação por ilegalidade de revogação por conveniência ou oportunidade. III. Em regra, pelo Decreto nº 20.910/1932, a pretensão de cobrança de dívida passiva municipal prescreve em cinco anos, contados do ato ou fato de origem. Está correto o que se afirma em

- A) II e III, apenas.
- B) I e II, apenas.
- C) I e III, apenas.
- D) III, apenas.
- E) I, II e III.

QUESTÃO 03 | VIA DA APROVAÇÃO

Uma praça municipal permanece aberta ao uso coletivo; um edifício de autarquia municipal abriga sua sede; e um terreno do Município está regularmente desafetado, sem destinação pública especial. Sobre esses bens, conforme os arts. 98 a 103 do Código Civil, assinale a alternativa **incorreta**.

- A) A praça é bem de uso comum do povo; o edifício utilizado como sede é bem de uso especial.
- B) O terreno desafetado é dominical e pode ser alienado, observadas as exigências legais.
- C) Os bens de uso comum e de uso especial são inalienáveis enquanto conservarem essa qualificação.
- D) O uso comum dos bens públicos pode ser gratuito ou remunerado, conforme estabelecido legalmente.
- E) O terreno dominical pode ser adquirido por usucapião, pois deixou de estar afetado a uma finalidade pública.

CADERNO DE QUESTÕES

Questões 04 a 06 • Assinale uma alternativa por item.

QUESTÃO 04 | VIA DA APROVAÇÃO

Um material de formação contém três registros: I. O pluralismo político é fundamento da República; a redução das desigualdades sociais e regionais integra seus objetivos fundamentais. II. A prevalência dos direitos humanos rege as relações internacionais brasileiras. III. A organização político-administrativa compreende União, Estados, Distrito Federal e Municípios, todos autônomos nos termos constitucionais. Assinale a opção correta.

- A) Apenas I está correta.
- B) I, II e III estão corretas.
- C) Apenas I e II estão corretas.
- D) Apenas II e III estão corretas.
- E) Apenas I e III estão corretas.

QUESTÃO 05 | VIA DA APROVAÇÃO

Sobre direitos e garantias previstos nos arts. 5º a 11 da Constituição Federal, assinale a alternativa **incorreta**.

- A) O ingresso em domicílio para prestar socorro pode ocorrer à noite, mesmo sem consentimento do morador.
- B) A suspensão das atividades de uma associação exige decisão judicial; para sua dissolução compulsória, exige-se também trânsito em julgado.
- C) A liberdade sindical impede que alguém seja obrigado a filiar-se ou a manter-se filiado a sindicato.
- D) A reunião pacífica, sem armas, em local aberto ao público depende de autorização prévia da autoridade competente.
- E) No direito de greve, cabe aos trabalhadores decidir sobre a oportunidade de exercê-lo e os interesses a defender, observados os limites constitucionais e legais.

QUESTÃO 06 | VIA DA APROVAÇÃO

Um servidor efetivo de autarquia municipal toma posse como vereador. Inicialmente há compatibilidade de horários, mas ela deixa de existir por alteração regular da jornada do cargo efetivo. Segundo o art. 38 da Constituição, assinale a alternativa correta.

- A) Desde a posse como vereador, o servidor deve afastar-se do cargo e receber exclusivamente a remuneração do mandato.
- B) A perda da compatibilidade permite manter os dois vínculos em exercício, desde que renuncie à remuneração do mandato.
- C) O afastamento posterior assegura contagem do tempo inclusive para promoção por merecimento.
- D) Enquanto houver compatibilidade, o servidor deve escolher apenas uma das duas remunerações.
- E) Com compatibilidade, pode perceber as vantagens do cargo e a remuneração do mandato; sem ela, deve afastar-se, podendo optar pela remuneração.

CADERNO DE QUESTÕES

Questões 07 a 09 • Assinale uma alternativa por item.

QUESTÃO 07 | VIA DA APROVAÇÃO

Em agressão dolosa, sem intenção de matar ou assunção desse risco, um agente causa à vítima debilidade permanente da função de um braço. A perícia afasta perda ou inutilização do membro, incapacidade permanente para o trabalho e deformidade permanente. Considerando somente os resultados descritos, a conduta configura

- A)** lesão corporal de natureza grave, pela debilidade permanente de membro ou função.
- B)** lesão corporal gravíssima, pois qualquer sequela permanente equivale à inutilização do membro.
- C)** lesão corporal simples, pois a vítima conserva capacidade para trabalhar.
- D)** tentativa de homicídio, independentemente da intenção e do risco assumido pelo agressor.
- E)** lesão corporal culposa, pois não houve resultado morte.

QUESTÃO 08 | VIA DA APROVAÇÃO

Rui, de 25 anos, subtrai dinheiro de seu pai, de 59 anos, sem violência ou grave ameaça. Um amigo sem parentesco com a vítima participa conscientemente da execução. Ausentes outras circunstâncias que afastem a regra familiar, assinale a alternativa correta à luz dos arts. 181 a 183 do Código Penal.

- A)** O parentesco torna a subtração atípica para ambos os participantes.
- B)** A isenção só alcança Rui se ele residir com o pai no momento do fato.
- C)** Rui é isento de pena pela relação de descendência, mas a isenção não alcança o amigo estranho à família.
- D)** O amigo recebe a mesma isenção por ter atuado em concurso com o filho da vítima.
- E)** Se o pai tivesse 60 anos completos, a isenção continuaria aplicável exclusivamente a Rui.

QUESTÃO 09 | VIA DA APROVAÇÃO

Em fatos independentes, três servidores praticam as seguintes condutas: I. O primeiro exige vantagem indevida em razão do cargo. II. O segundo solicita vantagem indevida em razão do cargo, sem impor a exigência. III. O terceiro retarda indevidamente ato de ofício para satisfazer sentimento pessoal, sem vantagem indevida envolvida. Os enquadramentos são, respectivamente,

- A)** corrupção passiva, concussão e prevaricação.
- B)** concussão, corrupção passiva e prevaricação.
- C)** concussão, corrupção ativa e advocacia administrativa.
- D)** peculato, corrupção passiva e condescendência criminosa.
- E)** corrupção ativa, concussão e emprego irregular de verbas públicas.

CADERNO DE QUESTÕES

Questões 10 a 12 • Assinale uma alternativa por item.

QUESTÃO 10 | VIA DA APROVAÇÃO

Sobre capacidade e emancipação, segundo os arts. 1º a 10 do Código Civil, assinale a alternativa **incorreta**.

- A) A pessoa de 17 anos não emancipada é relativamente incapaz para certos atos ou para a maneira de exercê-los.
- B) A pessoa adulta que, por causa transitória, não possa exprimir sua vontade é relativamente incapaz.
- C) A emancipação por concessão dos pais exige 16 anos completos e instrumento público, independentemente de homologação judicial.
- D) A mera existência de vínculo de emprego emancipa o adolescente de 16 anos, mesmo que ele não tenha economia própria.
- E) O menor de 16 anos é absolutamente incapaz de exercer pessoalmente os atos da vida civil.

QUESTÃO 11 | VIA DA APROVAÇÃO

Analise: I. O direito à sucessão aberta é considerado imóvel para efeitos legais, ainda que o acervo contenha apenas bens móveis. II. Materiais provisoriamente separados de um prédio, para nele serem reempregados, conservam o caráter de imóveis. III. Energias com valor econômico são consideradas móveis. IV. Um bem naturalmente divisível nunca pode tornar-se indivisível por vontade das partes. Está correto o que se afirma em

- A) I e II, apenas.
- B) II e IV, apenas.
- C) I, III e IV, apenas.
- D) I, II, III e IV.
- E) I, II e III, apenas.

QUESTÃO 12 | VIA DA APROVAÇÃO

Acerca do Sistema Nacional de Trânsito e da documentação veicular, assinale a alternativa **incorreta** segundo o CTB.

- A) O Contran coordena o Sistema e é seu órgão máximo normativo e consultivo.
- B) As Juntas Administrativas de Recursos de Infrações integram o Sistema Nacional de Trânsito.
- C) O registro inicial do veículo substitui definitivamente o licenciamento, dispensando a renovação anual deste.
- D) O primeiro licenciamento do veículo é realizado simultaneamente ao registro.
- E) Em regra, o registro do veículo automotor compete ao órgão executivo de trânsito estadual ou distrital, no Município de domicílio ou residência do proprietário.

CADERNO DE QUESTÕES

Questões 13 a 15 • Assinale uma alternativa por item.

QUESTÃO 13 | VIA DA APROVAÇÃO

Considere três situações independentes: I. Um agente de trânsito determina a parada, embora o semáforo indique passagem. II. Um automóvel circula em via urbana arterial sem sinalização regulamentadora de velocidade. III. Um veículo pretende ingressar em rotatória sem sinalização de preferência enquanto outro já circula por ela. A conduta correta é

- A)** obedecer ao agente; observar o limite de 60 km/h; dar preferência ao veículo que já circula na rotatória.
- B)** obedecer ao semáforo; observar o limite de 60 km/h; dar preferência ao veículo que já circula na rotatória.
- C)** obedecer ao agente; observar o limite de 80 km/h; dar preferência ao veículo que já circula na rotatória.
- D)** obedecer ao agente; observar o limite de 60 km/h; dar preferência, necessariamente, ao veículo que entra pela direita.
- E)** obedecer ao semáforo; observar o limite de 40 km/h; dar preferência, necessariamente, ao veículo que entra pela direita.

QUESTÃO 14 | VIA DA APROVAÇÃO

Durante o ano de validade da Permissão para Dirigir, uma condutora comete uma única infração grave: deixa de usar o cinto de segurança. A infração é definitivamente confirmada em procedimento regular. Ela não comete outras infrações. Segundo o CTB, assinale a alternativa correta.

- A)** A CNH definitiva será concedida porque houve apenas uma infração, sem reincidência.
- B)** A CNH definitiva será concedida porque somente infração gravíssima impede sua obtenção.
- C)** A retenção do veículo prevista para o caso constitui penalidade de cassação da habilitação.
- D)** A infração grave impede a obtenção da CNH ao término da permissão, devendo ser reiniciado o processo de habilitação.
- E)** O impedimento exige duas infrações graves ou reincidência em infração gravíssima.

QUESTÃO 15 | VIA DA APROVAÇÃO

Um motorista é abordado enquanto conduz um automóvel em via pública e recusa o etilômetro. A alteração de sua capacidade psicomotora por álcool é, porém, comprovada por exame clínico, vídeos e testemunhas, assegurada a contraprova. Não há acidente nem vítima. Sobre o art. 306 do CTB, assinale a alternativa correta.

- A)** A recusa ao etilômetro torna juridicamente impossível comprovar o crime.
- B)** O crime pode ser demonstrado pelos meios descritos, sem exigência de acidente ou lesão à vítima.
- C)** A ausência de acidente limita obrigatoriamente a conduta a uma infração administrativa.
- D)** O exame de sangue é indispensável sempre que não houver resultado do etilômetro.
- E)** A recusa, por si só, dispensa a comprovação da alteração psicomotora para condenação pelo crime.

CADERNO DE QUESTÕES

Questões 16 a 18 • Assinale uma alternativa por item.

QUESTÃO 16 | VIA DA APROVAÇÃO

Três fatos independentes envolvem armas de fogo de uso permitido e aptas ao disparo, com numeração e sinais identificadores íntegros: I. Manter arma nunca registrada apenas na própria residência, em desacordo com a lei. II. Levar arma consigo em via pública, sem autorização e ilegalmente. III. O titular de arma regularmente possuída por negligência, deixa de adotar cautelas e permite que seu filho de 15 anos se apodere dela. Os enquadramentos são, respectivamente,

- A) porte ilegal, posse irregular e omissão de cautela.
- B) posse irregular, disparo de arma de fogo e omissão de cautela.
- C) posse irregular, porte ilegal e omissão de cautela.
- D) comércio ilegal, porte ilegal e posse irregular.
- E) posse irregular, porte ilegal e fato necessariamente atípico por ausência de disparo.

QUESTÃO 17 | VIA DA APROVAÇÃO

Sobre registro, aquisição e comercialização de armas de fogo, assinale a alternativa **incorreta** à luz da Lei nº 10.826/2003.

- A) O Sinarm foi instituído no Ministério da Justiça, no âmbito da Polícia Federal, com circunscrição nacional.
- B) Compete ao Sinarm identificar as características e a propriedade de armas de fogo por meio de cadastro.
- C) A autorização de compra emitida pelo Sinarm, após o atendimento dos requisitos legais, é expedida em nome do requerente e para a arma indicada, sendo intransferível.
- D) Para o crime de comércio ilegal, equipara-se à atividade comercial a prestação de serviços ou fabricação clandestina, inclusive exercida em residência.
- E) O certificado de registro autoriza, por si só, o titular a portar a arma em via pública para defesa pessoal.

QUESTÃO 18 | VIA DA APROVAÇÃO

Após ser oficialmente notificado de uma sanção, um guarda civil de Salvador obtém documento que sustenta sua inocência e pretende pedir reconsideração. Segundo a Lei Municipal nº 9.273/2017, assinale a alternativa correta.

- A) O pedido tem efeito suspensivo automático e deve ser dirigido à autoridade superior à que aplicou a sanção.
- B) O pedido deve ser dirigido à autoridade que aplicou a sanção, em dez dias corridos, e não tem efeito suspensivo.
- C) O pedido dispensa fatos ou documentos de inocência e pode ser apresentado até trinta dias úteis após a notificação.
- D) A existência de hierarquia impede que o servidor peça esclarecimento de ordem ou questione uma sanção.
- E) Nos casos omissos, aplica-se diretamente um regulamento disciplinar militar, e não a LC Municipal nº 1/1991.

CADERNO DE QUESTÕES

Questões 19 a 20 • Assinale uma alternativa por item.

QUESTÃO 19 | VIA DA APROVAÇÃO

Considerando o art. 144, § 8º, da Constituição e os incisos I, VI, VII, VIII e XIV do art. 5º da Lei nº 13.022/2014, assinale a alternativa **incorreta**.

- A)** As competências das guardas abrangem zelar pelos bens, equipamentos e prédios públicos do Município.
- B)** A proteção do patrimônio ecológico, histórico, cultural, arquitetônico e ambiental pode envolver medidas educativas e preventivas.
- C)** As guardas devem cooperar com os demais órgãos de defesa civil em suas atividades.
- D)** Diante de flagrante, a guarda pode substituir o delegado na presidência do inquérito policial e dispensar o encaminhamento do autor da infração.
- E)** As guardas podem exercer competências de trânsito que lhes forem conferidas, nos termos do CTB, ou de forma concorrente mediante o convênio previsto na lei.

QUESTÃO 20 | VIA DA APROVAÇÃO

Sobre o art. 2º da Lei Municipal nº 9.070/2016, analise: I. A GCM deve prevenir atos contra bens, instalações e serviços municipais. II. Compete-lhe prestar vigilância e portaria em prédios e instalações do Município. III. Atua como força complementar dos órgãos municipais em vias públicas, praias e áreas de proteção ambiental. IV. O Grupo de Apoio ao Transporte Legal, a ser criado por regimento do Executivo, apoia agentes e veículos da fiscalização do transporte clandestino. Está correto o que se afirma em

- A)** I, II, III e IV.
 - B)** I e IV, apenas.
 - C)** II e III, apenas.
 - D)** I, II e III, apenas.
 - E)** I, III e IV, apenas.
-

FOLHA DE RESPOSTAS

Preencha uma única alternativa por questão. O gabarito começa na página seguinte.

Nome: _____

Q.	A	B	C	D	E
01	☐	☐	☐	☐	☐
02	☐	☐	☐	☐	☐
03	☐	☐	☐	☐	☐
04	☐	☐	☐	☐	☐
05	☐	☐	☐	☐	☐
06	☐	☐	☐	☐	☐
07	☐	☐	☐	☐	☐
08	☐	☐	☐	☐	☐
09	☐	☐	☐	☐	☐
10	☐	☐	☐	☐	☐

Q.	A	B	C	D	E
11	☐	☐	☐	☐	☐
12	☐	☐	☐	☐	☐
13	☐	☐	☐	☐	☐
14	☐	☐	☐	☐	☐
15	☐	☐	☐	☐	☐
16	☐	☐	☐	☐	☐
17	☐	☐	☐	☐	☐
18	☐	☐	☐	☐	☐
19	☐	☐	☐	☐	☐
20	☐	☐	☐	☐	☐

CONTROLE DE DESEMPENHO

Acertos	Erros	Em branco	Percentual	Tempo
_____	_____	_____	_____ %	_____ min

Questões para refazer: _____

Principal motivo dos erros: _____

Pontos de atenção: _____

Cálculo: nota = acertos × 0,5 | aproveitamento = acertos × 5%.

GABARITO COMENTADO

Questões 01 a 04

01-C 02-A 03-E 04-B 05-D 06-E 07-A 08-C 09-B 10-D
11-E 12-C 13-A 14-D 15-B 16-C 17-E 18-B 19-D 20-A

QUESTÃO 01 - GABARITO: C

Fundamento: CF, arts. 1º, 18 e 37; Lei 4.717/1965, art. 2º, parágrafo único, e.

A competência regular não sana o uso do ato para finalidade estranha à prevista em lei. A remoção retaliatória caracteriza desvio de finalidade, espécie de abuso de poder. A: autonomia municipal não é soberania. B: hierarquia não autoriza punição disfarçada. D: o desvio de finalidade não é vício sanável por convalidação; a ausência de dano patrimonial não legitima a retaliação. E: o problema é de legalidade, não apenas de conveniência.

QUESTÃO 02 - GABARITO: A

Fundamento: Lei 9.784/1999, art. 53; Decreto 20.910/1932, art. 1º; teoria geral dos atos administrativos.

I é falsa: a presunção de legitimidade é relativa e admite prova contrária. II é verdadeira: o art. 53 determina a anulação de atos ilegais e admite revogação por conveniência ou oportunidade, respeitados direitos adquiridos. III é verdadeira: trata da regra quinquenal de cobrança contra a Fazenda Municipal. Não se deve confundir esse prazo com a decadência do direito de anular atos favoráveis prevista no art. 54 da Lei nº 9.784/1999. O enunciado delimita a aplicação desta lei à Administração Federal.

QUESTÃO 03 - GABARITO: E

Fundamento: Código Civil, arts. 98 a 103.

A desafetação permite a mudança de categoria, mas não retira a natureza pública do bem. O art. 102 impede a usucapião de bens públicos, inclusive dominicais. A corresponde ao art. 99. B e C distinguem alienabilidade condicionada e inalienabilidade enquanto perdurar a afetação, nos arts. 100 e 101. D reproduz a possibilidade prevista no art. 103: uso comum não significa, necessariamente, uso gratuito.

QUESTÃO 04 - GABARITO: B

Fundamento: Constituição Federal, arts. 1º, 3º, 4º e 18.

As três classificações estão corretas. O pluralismo político figura no art. 1º, V; a redução das desigualdades, no art. 3º, III; a prevalência dos direitos humanos, no art. 4º, II; e a autonomia dos entes, no art. 18. Não se deve trocar fundamento por objetivo nem atribuir soberania individual a cada ente federativo. As alternativas A, C, D e E excluem ao menos uma afirmativa verdadeira.

GABARITO COMENTADO

Questões 05 a 08

QUESTÃO 05 - GABARITO: D

Fundamento: Constituição Federal, arts. 5º, XI, XVI e XIX, 8º, V, e 9º.

O art. 5º, XVI, exige prévio aviso, não autorização, e protege a reunião que não frustrar outra anteriormente convocada para o mesmo local. A: a restrição diurna diz respeito ao ingresso por determinação judicial, não à prestação de socorro. B distingue suspensão e dissolução. C expressa a liberdade negativa de associação sindical. E corresponde ao art. 9º, que também prevê disciplina legal dos serviços essenciais e responsabilização por abusos.

QUESTÃO 06 - GABARITO: E

Fundamento: Constituição Federal, art. 38, II a IV.

O art. 38, III, permite a percepção das vantagens do cargo sem prejuízo da remuneração de vereador quando os horários são compatíveis. Sem compatibilidade, aplica-se a regra do inciso II: afastamento, com opção remuneratória. A e D ignoram a primeira situação; B elimina indevidamente a exigência de afastamento. C contraria o inciso IV: quando houver afastamento, o tempo é contado para os efeitos legais, exceto promoção por merecimento.

QUESTÃO 07 - GABARITO: A

Fundamento: Código Penal, art. 129, §§ 1º, III, e 2º, III.

A debilidade permanente enquadra-se no art. 129, § 1º, III: lesão grave. Perda ou inutilização de membro, sentido ou função integra o § 2º, III, usualmente denominado lesão gravíssima. B confunde redução funcional e supressão ou inutilização. C desconsidera a qualificadora expressamente demonstrada. D exige dolo de matar, afastado no caso. E confunde ausência de morte com culpa: o enunciado informa agressão dolosa.

QUESTÃO 08 - GABARITO: C

Fundamento: Código Penal, arts. 155, 181, II, e 183, II e III.

O art. 181, II, prevê isenção de pena no crime patrimonial contra ascendente ou descendente, ressalvadas as exceções. Não se trata de atipicidade. O art. 183, II, impede sua extensão ao estranho participante; o inciso III afasta a regra se a vítima tiver idade igual ou superior a 60 anos. A coabitação não é requisito da isenção entre pai e filho. Logo, A, B, D e E alteram a natureza ou o alcance da proteção.

GABARITO COMENTADO

Questões 09 a 12

QUESTÃO 09 - GABARITO: B

Fundamento: Código Penal, arts. 316, 317 e 319.

Exigir vantagem indevida em razão da função caracteriza concussão (art. 316). Solicitar vantagem indevida caracteriza corrupção passiva (art. 317). Retardar ato de ofício para satisfazer interesse ou sentimento pessoal caracteriza prevaricação (art. 319). As demais alternativas trocam os verbos típicos ou introduzem crimes que exigem elementos não narrados, como apropriação de valores, oferta de vantagem ao funcionário ou patrocínio de interesse privado perante a Administração.

QUESTÃO 10 - GABARITO: D

Fundamento: Código Civil, arts. 3º, 4º e 5º, parágrafo único, I e V.

O art. 5º, parágrafo único, V, exige, além da idade mínima de 16 anos, economia própria decorrente do estabelecimento civil ou comercial ou da relação de emprego. O vínculo isolado não basta. A e B seguem o art. 4º. C trata da concessão parental prevista no art. 5º, I; na falta de um dos pais, a concessão pode ser feita pelo outro. E corresponde ao art. 3º. Incapacidade de exercício não elimina a titularidade de direitos.

QUESTÃO 11 - GABARITO: E

Fundamento: Código Civil, arts. 80, II, 81, II, 83, I, 84 e 88.

I, II e III correspondem, respectivamente, aos arts. 80, II, 81, II, e 83, I. IV é falsa: o art. 88 permite que bens naturalmente divisíveis se tornem indivisíveis por determinação legal ou por vontade das partes. Não confunda os materiais retirados provisoriamente para reemprego com os materiais provenientes de demolição: estes readquirem a qualidade de móveis, segundo o art. 84.

QUESTÃO 12 - GABARITO: C

Fundamento: CTB, arts. 7º, I e VII, 120, 130 e 131, § 1º.

Registro e licenciamento são institutos distintos. O art. 130 exige licenciamento anual para o veículo transitar; o registro inicial não o substitui. A e B reproduzem a composição e as funções gerais do Sistema no art. 7º. D corresponde ao art. 131, § 1º. E traduz a regra do art. 120. Não confunda o órgão executivo estadual de trânsito com o órgão executivo municipal ou com o Contran.

GABARITO COMENTADO

Questões 13 a 16

QUESTÃO 13 - GABARITO: A

Fundamento: CTB, arts. 29, III, b, 61, § 1º, I, b, e 89, I.

As ordens do agente prevalecem sobre os demais sinais e as normas de circulação (art. 89, I). Sem sinalização regulamentadora, a via urbana arterial tem limite de 60 km/h (art. 61). Em rotatória não sinalizada quanto à preferência, prevalece quem já circula por ela (art. 29, III, b). As alternativas B e E invertem a hierarquia; C usa o limite de via de trânsito rápido; D aplica indevidamente a regra geral da direita à rotatória.

QUESTÃO 14 - GABARITO: D

Fundamento: CTB, art. 148, §§ 2º a 4º, e art. 167.

O art. 148, § 3º, exige não cometer infração grave ou gravíssima nem reincidir em infração média. Uma única grave basta para impedir a CNH definitiva; o § 4º determina reiniciar o processo. A, B e E criam condições não previstas. C confunde institutos: pelo art. 167, a multa é penalidade e a retenção até a colocação do cinto é medida administrativa, não cassação da habilitação.

QUESTÃO 15 - GABARITO: B

Fundamento: CTB, art. 306, caput e §§ 1º e 2º.

O art. 306 admite exame clínico, perícia, vídeo, prova testemunhal e outros meios em direito admitidos, observada a contraprova. O tipo não exige acidente ou lesão. A e D atribuem exclusividade a testes que não são os únicos meios de prova. C acrescenta resultado não exigido. E confunde a recusa com a demonstração do crime: o enunciado informa provas adicionais da alteração psicomotora, elemento que não pode ser simplesmente presumido da recusa.

QUESTÃO 16 - GABARITO: C

Fundamento: Lei 10.826/2003, arts. 12, 13, caput, e 14.

I ajusta-se ao art. 12, que delimita a posse irregular em residência ou, nas condições legais, local de trabalho. II enquadra-se no art. 14. III corresponde à omissão de cautela do art. 13: é relevante o apoderamento da arma pelo menor, e não a ocorrência de disparo. A inverte posse e porte; B introduz disparo inexistente; D pressupõe comércio não narrado; E exige resultado não previsto para a hipótese. A hipótese descreve negligência, não entrega voluntária da arma ao adolescente; também afasta a adulteração de sinais identificadores.

GABARITO COMENTADO

Questões 17 a 20

QUESTÃO 17 - GABARITO: E

Fundamento: Lei 10.826/2003, arts. 1º, 2º, I, 4º, § 1º, 5º e 17, § 1º.

O registro não equivale a autorização de porte. O art. 5º permite manter a arma nos locais e condições nele definidos; não concede livre circulação armada em via pública. A e B correspondem aos arts. 1º e 2º. C segue o art. 4º, § 1º. D reflete a equiparação do art. 17, § 1º: a atividade clandestina pode caracterizar comércio ilegal mesmo sem loja formal e ainda que realizada em residência.

QUESTÃO 18 - GABARITO: B

Fundamento: Lei Municipal 9.273/2017, arts. 5º, §§ 2º e 3º, 8º e 26.

O art. 8º, parágrafo único, prevê dez dias corridos após ciência oficial, pedido à autoridade que aplicou a sanção, fatos ou documentos de inocência e ausência de efeito suspensivo. A e C alteram esses requisitos. D contraria o direito de esclarecimento do art. 5º, § 2º, e as garantias do art. 8º. E contraria o art. 26, que remete à LC nº 1/1991 nas omissões. Hierarquia não elimina defesa nem exonera o executante dos excessos cometidos.

QUESTÃO 19 - GABARITO: D

Fundamento: CF, art. 144, § 8º; Lei 13.022/2014, art. 5º, I, VI, VII, VIII e XIV.

O inciso XIV determina encaminhar o autor da infração ao delegado de polícia, preservando o local quando possível e necessário; não transfere a presidência de inquérito à guarda. A, B, C e E correspondem aos incisos I, VII, VIII e VI. A previsão constitucional de proteção municipal não autoriza usurpar atribuições de polícia judiciária. O item também não reduz a atuação das guardas à vigilância estática de imóveis.

QUESTÃO 20 - GABARITO: A

Fundamento: Lei Municipal 9.070/2016, art. 2º, I, II, III e § 2º.

As quatro afirmativas são compatíveis com os dispositivos indicados. I e II reproduzem as áreas dos incisos I e II. III corresponde ao inciso III, que abrange, entre outros, equipamentos urbanos, vias públicas, parques, praças, praias e áreas de proteção ambiental. IV identifica o grupo previsto no § 2º: apoio ao transporte legal, individual e coletivo, com foco nos agentes e veículos que fiscalizam o transporte clandestino. As demais opções excluem afirmativas verdadeiras.

MAPA DE CONTEÚDOS

Use este mapa para localizar a regra legal e organizar a revisão por bloco.

Q.	BLOCO	CONTEÚDO A REVISAR
01	I	Princípios administrativos, abuso de poder e finalidade do ato
02	I	Atributos, anulação, revogação e prescrição
03	I	Bens públicos: classificação e regime
04	II	Princípios fundamentais e organização federativa
05	II	Garantias individuais e direitos sociais
06	II	Servidor público no exercício de mandato eletivo
07	III	Lesão corporal: resultados qualificadores
08	III	Crimes patrimoniais e imunidades familiares
09	III	Concussão, corrupção passiva e prevaricação
10	IV	Capacidade civil e emancipação
11	IV	Bens considerados em si mesmos
12	V	Sistema Nacional de Trânsito; registro e licenciamento
13	V	Prevalência da sinalização, velocidade e circulação
14	V	Permissão para Dirigir, infrações e medidas administrativas
15	V	Crime de embriaguez ao volante e meios de prova
16	VI	Posse irregular, porte ilegal e omissão de cautela
17	VI	Sinarm, registro, aquisição e comércio de armas
18	VII	Regime disciplinar: reconsideração, direitos e hierarquia
19	VII	Competências específicas das guardas municipais
20	VII	Competências da GCM Salvador e apoio ao transporte legal

REVISÃO ATIVA

Para cada erro, registre: regra que não sabia; detalhe que confundiu; alternativa que escolheu e por quê. Depois, consulte o artigo e refaça a questão sem olhar o comentário.

REFERÊNCIAS E CRITÉRIOS DE ELABORAÇÃO

Constituição Federal de 1988

Princípios fundamentais, direitos, organização federativa, mandato eletivo de servidor e guardas municipais.

Código Civil - Lei nº 10.406/2002

Capacidade civil; classificação dos bens; bens públicos.

Código Penal - Decreto-Lei nº 2.848/1940

Lesões corporais; imunidades patrimoniais familiares; crimes funcionais.

Código de Trânsito Brasileiro - Lei nº 9.503/1997

Sistema, documentos, sinalização, circulação, habilitação, infrações e crimes.

Estatuto do Desarmamento - Lei nº 10.826/2003

Sinarm; registro e aquisição; posse, porte, cautela e comércio ilegal.

Estatuto Geral das Guardas Municipais - Lei nº 13.022/2014

Art. 5º, incisos I, VI, VII, VIII e XIV.

Direito Administrativo - processo administrativo federal

Lei nº 9.784/1999, arts. 53 e 54: anulação, revogação e decadência.

Ação popular e prescrição contra a Fazenda Pública

Lei nº 4.717/1965, art. 2º: vícios do ato administrativo.

Lei Municipal de Salvador nº 9.273/2017

Regime disciplinar. Texto legal consultado em reprodução pública do documento, com indicação dos artigos no gabarito.

Lei Municipal de Salvador nº 9.070/2016

Competências da GCM Salvador. Texto legal consultado em reprodução pública; recorte do art. 2º solicitado no programa.

Decreto nº 20.910/1932: art. 1º, prescrição quinquenal contra a Fazenda Pública.

Critérios: uma resposta por questão; hipóteses delimitadas; alternância de comandos; gabarito com fundamentação e análise das alternativas. Foram evitados enunciados que confundam a literalidade constitucional com exclusividade de atuação da Guarda ou que tratem registro de arma como porte.

Limite da consulta: as fontes federais são do Portal da Legislação. As leis municipais foram conferidas nas reproduções identificadas acima; alterações oficiais posteriores devem prevalecer. O material não substitui a leitura da legislação nem o edital.

CONTINUE SUA PREPARAÇÃO COM A VIA DA APROVAÇÃO

Acompanhe conteúdos, materiais e orientações para concursos públicos.

Instagram

@palestranteluanlima • @viadaaprovacao

Site

via-da-aprovacao.palestranteluanlima.workers.dev